

“A TERRA E SUA MÃE: A DUPLA QUE LHE DÁ VIDA”: leituras a partir de Carolina de Jesus em uma escola pública em Marabá-PA

"THE LAND AND ITS MOTHER: THE PAIR THAT GIVES IT LIFE": readings from Carolina de Jesus in a public school in Marabá-PA

Tayanná Santos de Jesus Sbrana (Ma.)^{}*
*Coracy Ferreira Barbosa^{**}*
*Maria da Luz Rodrigues da Silva^{***}*
*Maria Raimunda Santana Fonte^{****}*



Imperatriz (MA), v. 1, n. 1, p. 100-116, jul./dez. 2019

Recebido em: 20 de setembro de 2019
Aprovado em: 30 de setembro de 2019

RESUMO

Este artigo analisa significações da realização de projeto escolar voltado para estudos étnico-raciais na Escola Estadual de Ensino Médio Gaspar Vianna Anexo I, em Marabá-PA. Desde 2016 vem sendo efetuado um projeto de leitura que busca incentivar nos estudantes a compreensão de suas condições sociais e históricas a partir do debate de questões como racismo, pobreza, gênero e identidade, tendo como base as leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como obras de Carolina Maria de Jesus. A proposta deste artigo é analisar de que maneiras estudantes egressos e vinculados à escola que participaram do projeto incorporaram e significaram estas leituras, relacionando à realidade periférica da escola, situada na Folha 33 da cidade, suas trajetórias individuais e perspectivas de futuro. Nossa metodologia e fontes baseiam-se na História Oral, com a confecção de entrevistas e respectiva análise temática, tendo como referenciais autores dos campos da História, Educação e Ciências Sociais.

Palavras-chave: Projeto escolar de leitura. Carolina de Jesus. Folha 33. Marabá-PA.

^{*} Bacharel em História (UFMA), licenciada em História (Unicsul), mestra em História Social (PPGHIS/UFMA) e doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA); pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente GEDMMA (UFMA/CLACSO). E-mail: santostaay@gmail.com.

^{**} Graduada em Pedagogia (UNAMA) e especialista em Psicopedagogia (EADCON); professora e técnica em educação da rede estadual de ensino do Pará. E-mail: corafbarbosa@gmail.com.

^{***} Graduada em Pedagogia (UFPA) e especialista em Ciências da Educação (UNISUL); educadora da rede municipal em Marabá-PA e da rede estadual de ensino do Pará. E-mail: luzrsilva@yahoo.com.br.

^{****} Graduada em História (UFPA) e especialista em História e Cultura Afro-brasileira (Uniasselvi); professora da rede municipal em Marabá-PA e da rede estadual de ensino do Pará. E-mail: rayfontes50@gmail.com

ABSTRACT

This article analyzes meanings of the achievement of a school project centered on ethnic-racial studies in the Gaspar Viana State High School - Annex I, at Marabá-PA. Since 2016, it is being carried out a lecture Project that seeks to encourage students to understand their social and historical conditions. It is based on a debate on issues such as racism, poverty, gender, and identity, according to the law. 10,639 / 03 and 11.645 / 08, as works by Carolina Maria de Jesus. The purpose of this article is to analyze how students who graduate and students linked to the school who will participate in the project will incorporate and mean these lectures, related to the external reality of the school, located on Folha 33 of the city, its individual tray and future perspectives. Our methodology and sources are based on oral history and on the preparation of interviews and thematic analysis, having as reference the authors of the history's fields, education, and social sciences.

Keywords: School lecture project. Carolina de Jesus. Sheet 33. Marabá-PA.

Introdução

“Duas coisas que o homem deve prezar: a terra e sua mãe. A dupla que lhe dá vida”
(*Provérbios*, Carolina de Jesus).

Em Marabá, sudeste paraense, convivem realidades complexas e conflituosas. Cidade centenária¹, em sua composição histórica existe uma forte presença de instituições do Estado, como o Exército, e empreendimentos ligados à indústria mineradora, siderúrgica e do agronegócio. Na paisagem convivem rios, empresas, rodovias, ferrovias, grandes latifúndios e moradias diversas, num contraste permanente. Segundo Airton dos Reis Pereira, embora tenha surgido no século XIX, Marabá possui dinâmicas sociais ligadas aos anos 1970 e 1980, como a abertura de estradas derivadas de políticas desenvolvimentistas dos governos militares. Ou seja, deixou-se de “ostentar o *status* de *cidade beira-de-rio* para se tornar *cidade beira-de-estrada*” (PEREIRA, 2018, p. 01).

Dividida em três núcleos, em certos momentos aparentam existir três Marabás: a Marabá Pioneira núcleo inicial de povoamento, onde concentra-se parte do centro comercial e pontos turísticos como a orla do rio Tocantins, a Cidade Nova formada por instituições do Estado, comércio e outros espaços e a Nova Marabá que, subdividida em folhas, concentra moradias. Neste terceiro núcleo está inserida a Folha 33, zona periférica da cidade, e local de nosso estudo.

¹ Data de 05 de abril de 1913 sua fundação enquanto município, contudo o espaço tem sido ocupado há mais tempo por populações ameríndias e, posteriormente, por colonizadores, processo que data do século XIX (SECRETARIA DE TURISMO DE MARABÁ, 2019).

A composição étnica e social da cidade também é variada. Conforme dados do IBGE, estima-se uma população de 279.349 habitantes, com um PIB de R\$ 28.020, 90 144° no Pará, IDH 0,668 10° no Pará, numa área de 15.128,058 km², composto por “31.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado², 10.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada”. Próximas a Marabá encontram-se a Terra Indígena (TI) Mãe Maria, composta pelos Gavião, e a TI Sororó, habitada pelos Suruí. Já no município de Parauapebas, encontra-se a TI Xicrin do Cateté, dos Xicrin, e em Tucuruí a TI Trocará, dos Assinirí. Marabá é frequentada cotidianamente por estas pessoas, pois é uma cidade polo³.

Na fala cotidiana, costuma-se pensar Marabá como um bom lugar para “ganhar dinheiro”, atraindo pessoas de muitas partes do Brasil. Trabalhadores migrantes advindos de vários Estados, em busca de emprego, têm chegado desde a Ditadura Militar incentivados pelas políticas de atração, bem como empresários e fazendeiros, num contínuo fluxo. Além destes grupos, convivem no território um campesinato plural e povos indígenas, imersos em conflitos diversos (PEREIRA, 2018).

A partir da observação desta complexidade, professoras da Rede Pública Estadual propuseram um projeto escolar voltado para a valorização da cultura e da história afro-brasileira e indígena, em 2016, na Escola Estadual de Ensino Médio Gaspar Vianna Anexo I, situada na Folha 33 de Marabá-PA. Percebendo que entre os estudantes vigorava uma negação de suas características sociais e históricas enquanto sujeitos negros e periféricos, professores, coordenação e direção escolar buscaram valorizar estes aspectos, ampliando o debate, nos anos 2017 e 2018, para a leitura de obras da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, também negra e periférica. Tal projeto durou três anos e ainda está em execução, com proposta de continuidade em 2019. Porém, com resultados diversos, alguns dos quais serão abordados neste artigo.

Objetivamos, portanto, apresentar resultados de uma pesquisa efetuada a partir de observação participante do projeto escolar e da confecção de entrevistas com pessoas que participaram de distintas etapas deste, contudo, enfatizaremos o ano de 2018, no qual foram trabalhados vários livros de Carolina de Jesus. Temos como intuito focar dois temas: lugares sociais a partir do recorte racial e periférico e

²Dados coletados a partir do Censo de 2010. Disponíveis em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 02 out. 2019.

³ Estas informações estão sistematizadas pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Disponíveis em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/povos-indigenas>. Acesso em: 03 out. 2019. Outros dados também foram gentilmente fornecidos pela Profa. Dra. Valéria Moreira C. de Melo (Unifesspa). Para compreender a problemática dos indígenas na cidade de Marabá, ver Sompré (2014).

questões de gênero. Analisaremos dois grupos de fontes: a) entrevistas com quatro estudantes e ex-estudantes da E. E. E. M. Gaspar Vianna Anexo I; e b) relatórios e documentação produzida no âmbito do projeto por docentes e discentes. Metodologicamente, partimos da História Oral como abordagem e nos orientamos teoricamente por autoras e autores do campo da História, das Ciências Sociais e da Educação, como Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro (2018), Souza e Crippa (2010), Pierre Bourdieu (2012), Catherine Walsh (2017), Djamilá Ribeiro (2017), entre outros.

O artigo está dividido nas seguintes partes: após esta introdução, apresentaremos o tópico *Contexto da pesquisa*, onde abordaremos aspectos gerais da feitura do projeto e possibilidades de análise. Em momento posterior, realizaremos análise das entrevistas a partir da História Oral, no tópico *Olhares entrecruzados*, que será subdividido em duas seções: *A terra: pobres, negras e estudantes numa realidade conflituosa*, que aborda debates advindos das entrevistas relativos aos temas pertencimento a um lugar, condição periférica e questões étnico-raciais; e *A mãe: mulheres num mundo de homens*, onde o enfoque estará voltado para questões de gênero. Por fim, as *Considerações finais* do trabalho.

Contexto da pesquisa

A proposta de um projeto voltado para o incentivo à leitura na escola adveio de uma série de preocupações compartilhadas entre professores, coordenação pedagógica e direção, como relatamos anteriormente. Detectou-se uma ausência de incentivos para os estudantes no que concerne à atribuição de uma importância social da leitura e da escrita, a saber, “a de tornar a nossa experiência de vida mais ampla, isto é, de humanização e subjetivação” (PROJETO FEIRA DO CONHECIMENTO, 2018, p. 02).

Esta necessidade adveio também da aplicação das disposições das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam, respectivamente, do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ocorrendo uma busca por diálogo entre a escola e as questões étnico-raciais, iniciada em 2016 e desenvolvida durante os anos 2017 e 2018. No primeiro projeto centrou-se na perspectiva da identidade afro-indígena, o que consideramos substancial para entender uma particularidade da realidade marabaense. Como relatamos, esta é perpassada por distintos recortes, dentre eles a relação entre povos indígenas e outras etnias, existindo também um contexto migratório constante, o que leva a uma configuração múltipla da cidade e dos grupos

que nela coexistem. Isto não significa uma harmonização das relações sociais e, historicamente, verificam-se processos de exclusão e preconceitos⁴.

Na continuidade destes debates, em 2017 o projeto foi direcionado para as especificidades da Folha 33, com o estudo da obra *Quarto de despejo diário de uma favelada* (1960 [1995]), de Carolina Maria de Jesus. Neste ano denominou-se o projeto como *Diários identitários de uma comunidade: do quarto de despejo à sala de visita*, e tinha como intuito aproximar os estudantes da realidade da escola e da Folha 33, como um espaço onde convivem desigualdades sociais e lutas variadas. A ideia central do projeto seria a de incentivar a leitura de si e do mundo a partir das potencialidades advindas de outras obras de Carolina Maria de Jesus, tais como *Provérbios* (1963 [1965]), *Pedaços de fome* (1963 [1963]), *Diário de Bitita* (1977 [2014]) e *Casa de Alvenaria* (1961 [1961])⁵.

No terceiro ano 2018 ampliou-se o conjunto de obras da autora, incorporando os títulos arrolados anteriormente. Optou-se por um enfoque voltado para as identidades e os lugares, com o título *A terra e sua mãe: a dupla que lhe dá vida*. O projeto voltou-se para as vidas de mulheres protagonistas de suas histórias, desde nomes conhecidos como Carolina de Jesus, Maria da Penha, Dorothy Stang e outras, às mulheres significativas da Folha 33, como educadoras, lideranças comunitárias, mães, avós e as próprias estudantes. Justificou-se da seguinte maneira:

A vida de Carolina e seus relatos são um pertinente instrumento para analisarmos a situação da mulher no período histórico, trazendo à tona temas que persistem na atualidade, como: identidade, relação de gênero, violência contra a mulher, empoderamento feminino etc. A partir de sua história como mulher, negra e pobre, verbalizada em seus livros [...] acreditamos propor aos alunos o estudo reflexivo sobre o papel e identidade da mulher na sociedade, possibilitando repensar a identidade local como necessária para mudança de atitude e postura, tendo como referência de luta, de superação e de empoderamento a história de Carolina (PROJETO FEIRA DO CONHECIMENTO, 2018, p. 02).

De forma geral, a execução do projeto deu-se em etapas, com duração total de quatro meses, nuançadas conforme o ano e o enfoque, porém mantendo uma estrutura semelhante. Inicialmente, em 2016, o projeto deu-se a partir de uma

⁴ Para mais informações ver FRONTEIRA CULTURAL: A alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008), tese de Idelma Santiago (2010).

⁵ Em colchetes estão os anos de publicação das obras utilizadas na execução do projeto. Além destas obras, foram publicadas postumamente – excetuando a já citada *Diário de Bitita*, também póstuma – *Um Brasil para brasileiros* (1982), *Meu estranho diário* (1996), *Antologia Pessoal* (1996), *Onde estaes felicidade* (2014) e *Meu sonho é escrever – contos inéditos e outros escritos* (2018).

apresentação e discussão do tema com a equipe realizadora, seguida por um estudo da Lei 10.639/2003. Nas salas de aula, ocorreram momentos de explanação do tema cultura afro-brasileira e indígena, estudos da equipe realizadora e representantes de turma com o grupo N'umbutu⁶, além de apresentação de filmes e vídeos referentes ao tema, levando a rodas de conversa a respeito de conceitos e princípios de organização da feira. A culminância do projeto deu-se numa apresentação das pesquisas realizadas durante os meses anteriores setembro, outubro e novembro pelos estudantes que, mediante discussão e aprendizagem dos temas de trabalho, fizeram pesquisas quantitativas e de amostragem, produção de documentários e preparação das atividades culturais, apresentadas em dois dias: o primeiro, já referido, de apresentação da pesquisa e o segundo, uma noite artístico-cultural com apresentações alusivas ao tema.

Em 2017, as etapas do projeto seguiram enredo semelhante, porém adequado à proposta de estudar a obra *Quarto de despejo diário de uma favelada*. Foram inseridos um estudo dirigido com mediação do Prof. Dr. Gilson Penalva, envolvendo equipes de professores e respectivos representantes de turmas; e uma noite de exibição de filmes com a história de Carolina de Jesus para todas as turmas, seguida por debates com os professores regentes. Em 2018, também seguindo roteiro semelhante, os debates foram centralizados nas turmas com seus livros escolhidos, observando que neste ano o projeto abarcou outros escritos da autora. É válido destacar que em todos os anos a proposta foi interligar a escola com a comunidade. Contudo, notamos que nem sempre houve uma participação continuada destas pessoas, o que nos leva a pensar em que sentido projetos deste tipo conseguem acessar o universo amplo ao qual pertence a escola enquanto instituição.

Nos caminhos propostos por Paulo Freire, Catherine Walsh afirma que sua preocupação com as condições existenciais e vivenciadas por sujeitos pobres e excluídos o direcionou para uma prática pedagógica que consistia em a incluir e a estender aos “contextos sociais, políticos, epistêmicos e existenciais” das pessoas, apontando para uma “'natureza educativa' dos contextos de luta e a tarefa educativa revolucionária e criticamente conscientizadora para o pensamento e a intervenção” (WALSH, 2017, p. 38 tradução nossa). Ler a si e ao mundo estava no cerne desta proposta e, pensando nas potencialidades da tarefa educativa, refletimos acerca dos limites e alcances de propostas como a aqui analisada.

⁶ O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU), é ligado à Faculdade de Educação e ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa - Campus Marabá). É interdisciplinar e atua como núcleo de estudos afro-brasileiros, tendo como coordenadores atuais a Profa. Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes (PDTSA/Unifesspa) e o Prof. Me. Janailson Macêdo Luiz (História/Unifesspa). Disponível em: <https://numbuntu.unifesspa.edu.br/index.php/historico>. Acesso em: 18 set. 2019.

Ao longo desses anos, as experiências entrecruzadas possibilitaram uma série de olhares, para além das atividades de leitura. A seguir, apresentaremos recortes destas experiências.

Olhares entrecruzados

Como afirmado anteriormente, trabalhamos como documentação escrita e fontes orais entrevistas com estudantes e ex-estudantes da E.E.E.M. Gaspar Vianna Anexo I que vivenciaram o projeto escolar. Para pensar a feitura das entrevistas e os temas que surgiram destas, algumas observações são úteis. De acordo com Souza e Crippa (2010), questões como a fronteira entre o individual e o coletivo na construção mnemônica e a existência ou não de autonomia no tocante ao que deve ser lembrado ou esquecido devem ser consideradas no contexto de produção desta fonte que, para nós, é de suma importância para a pesquisa. As relações entre entrevistadores e entrevistados ou, em outros termos, pesquisadores e pesquisados, são complexas e envolvem as disposições dos agentes nos campos e os capitais acionados, com ferramentas e estratégias específicas (BOURDIEU, 2012). Este momento singular que é a entrevista deve ser problematizado. Para Souza e Crippa (2010, p. 82),

Ao narrar sua vida inserida no social, o entrevistado a ordena para dar-lhe um sentido. Sua história adquire uma unidade, que, mesmo ilusória, proporciona-lhe parâmetros para a reflexão e ação. Organizando suas experiências pela narrativa e elaborando o que deseja transmitir aos outros, o entrevistado alcança condições para a crítica do que na realidade é complexo e transitório. [...]. Ao contar e compartilhar algo com alguém que escuta, questiona, confirma ou nega, o indivíduo se insere em uma temporalidade própria, onde ele se localiza e se reconhece. [...] As tensões e os conflitos não são apagados ou esquecidos, mas, revelados, torna-se possível o encontro de explicações.

No contexto da entrevista existem disposições que estão relacionadas com a intenção de “dar voz”. Para os autores, ao realizar esse procedimento, podemos possibilitar que os entrevistados apresentem suas representações e apresentações relativas aos grupos aos quais pertencem, além de sua compreensão dos grupos em si, e como essas pessoas se interpretam enquanto indivíduos numa coletividade particular (o grupo) ou geral (a sociedade). Falando sobre suas opiniões e sua própria trajetória, “o entrevistado não apenas reproduz o que é legitimado socialmente, mas se vê diante de uma oportunidade para refletir sobre as suas percepções, representações e sentimentos. [...] O ato de contar permite a constituição de uma

identidade narrativa, ordenando os eventos que por natureza são sobrepostos” (SOUSA; CRIPPA, 2010, p. 83).

É importante enfatizar que em qualquer texto há proibições e silenciamentos, mas na História Oral há uma obrigação do pesquisador se posicionar enquanto agente inserido num lugar social, dispor-se a dialogar e inserir no texto as distintas interpretações dadas pelos entrevistados, numa noção de *autoridade compartilhada*. Dessa forma, as lacunas se transformam em um recurso para alcançar um saber. O conjunto de entrevistas coletados para serem analisados enquanto *fonte* de uma pesquisa não deve ser visto como a síntese do social, nem uma explicação totalizante, mas respostas para perguntas desenvolvidas no presente.

É nesta perspectiva que abordaremos duas temáticas que surgiram no contexto das entrevistas, a saber, lugar social aqui inseridas as perspectivas étnico-racial e periférica e gênero. Neste artigo, o conceito de *lugar social* remete a Michel de Certeau (2013), do qual tomamos de empréstimo o termo. Este seria um espaço de produção e, a nosso ver, condicionante de práticas, onde situa-se o sistema de práticas que possibilita uma fabricação. Neste sentido, “levar a sério o lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou 'edificante'), nem atópica (sem pertinência)” (CERTEAU, 2013: 64). Ou seja, encarar o lugar social como campo de análise é historicizar as práticas.

O conceito de *lugar de fala* também nos auxilia a entender estas particularidades. Ao pensar a questão, a filósofa Djamila Ribeiro apresenta questionamentos pertinentes para nossa análise, tais como: “dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” (RIBEIRO, 2017, p. 77). Este questionamento demonstra uma preocupação que vale para nosso trabalho, pois vivenciamos experiências com pessoas que, historicamente, conviveram com uma negação de si a partir do racismo e das desigualdades de gênero, combinados. No processo educativo, as respostas a estes silenciamentos são diversas e contraditórias, e precisamos apurar o olhar para entender as posições que suas falas ocupam nas narrativas de si e do mundo.

Gênero, por sua vez, é aqui empregado a partir das colocações de Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro (2018), que o definem como uma categoria emergida a partir de tensões e rasuras em relação às reivindicações acerca de raça, etnia, classe e demais intersecções sociais, especialmente nos anos 1980. Em sua significação, gênero corresponde a instabilidades e fluidez, pois baseado nas vivências humanas no tempo. Remetem a Joan Scott (2018, p. 331), que define gênero como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder, dentro de uma disputa que é política”, e seria uma categoria que busca “dar conta de relações socialmente constituídas, que

partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social” (VEIGA; PEDRO, 2018, p. 330). A saber, tal compreensão também busca analisar o sujeito homem em suas subjetividades e fragilidades, “como elementos omitidos na performance social de uma heteronormatividade aprendida desde a infância e cobrada a partir dela” (VEIGA; PEDRO, 2018, p. 332).

Esta categoria não pode ser compreendida, a nosso ver, sem a presença de outra: patriarcado. Para Saffioti (2015), este é uma expressão da dominação masculina, muda historicamente mas permanece em seus efeitos enquanto fenômeno legitimado a partir de uma naturalização de sua existência. É necessário, portanto, compreender a dimensão histórica da dominação masculina para dimensionar o patriarcado.

Abaixo identificamos nossas fontes orais:

Quadro 1. Entrevistadas

Identificação	Idade e sexo	Ocupação	Período de participação no projeto	Data do grupo focal
J.	18 anos; feminino	Estudante e dona de casa	2018	14.02.19
L.	20 anos; feminino	Estudante e dona de casa	2018	14.02.19
K.	20 anos; feminino	Estudante e dona de casa	2017 e 2018	14.02.19
A. D.	19 anos; feminino	Estudante e garçonete	2016, 2017 e 2018	14.02.19

Fonte: as próprias autoras, 2019.

A terra: pobres, negras e estudantes numa realidade conflituosa

O lugar está inserido numa relação reflexa e contraditória. O reconhecimento de si enquanto pertencente a um lugar social e correspondente a um lugar de fala é adquirido a partir de um amplo processo de identificação com distintos aspectos da realidade social, perpassados pelo contexto histórico em que se está inserido individualmente e geracionalmente. Durante a realização das entrevistas, percebemos distintos graus ou formas de reconhecimento de si e dos outros. Falando de questões étnico-raciais, as entrevistadas apresentaram versões particulares deste tema.

De acordo com Djamilia Ribeiro (2017, p. 69), “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos

socialmente nos faz ter experiências distintas”. A filósofa busca estes lugares e as capacidades de fala dos sujeitos inseridos neles, pensando num debate a respeito da posição ocupada por cada grupo, nisto inseridos entrecruzamentos de raça, gênero, classe e sexualidade, possibilitando distintas formas de *experienciar opressões*. E nisto, não há uma afirmação de que sujeitos subalternizados não consigam transcender lugares subalternos pois, conforme Patricia Hill Collins e Grada Kilomba,

[...] pensar esse lugar como impossível de transcender é legitimar a norma colonizadora, pois atribuiria poder absoluto ao discurso dominante branco e masculino. Collins acredita que validar esse discurso como absoluto significaria também acreditar que grupos oprimidos só podem se identificar com o discurso dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos. Igualmente significaria a impossibilidade de pensar alguma interpretação válida independente que refute o discurso colonial (RIBEIRO, 2017, p. 75).

Desse modo, nossa proposta é narrar maneiras distintas de pensar lugar, racismo e gênero a partir de leituras particulares de estudantes periféricas das obras de Carolina de Jesus, num esforço de compreender suas falas como *lugares de potência* que apresentam configurações próprias do mundo (RIBEIRO, 2017).

Pensando a Folha 33 como o seu lugar, todas concordaram que existem estereótipos negativos em relação ao espaço. As imagens de carência e pobreza mesclam-se às de violência, crimes e a presença cotidiana de uma negatividade em relação a outros espaços da cidade. Em diversos momentos, relataram que há casos de crimes que ocorrem em outros espaços, mas que a mídia local atribui à Folha 33, numa normalização desta narrativa. Para além desta imagem, o contraste se dá a partir da mudança da cidade ao longo dos anos, bem como da persistência de relações de proximidade dentro da Folha 33. Para L., “faltam umas coisas boas”, porém recorda que em sua infância havia projetos culturais, como teatro realizado por moradores a fim de arrecadar fundos para diversos intuítos, bem como comemorações de datas festivas feitas com contribuição das famílias. Recorda também que “todo mundo se considerava mais parente” e “todo mundo era bem unido na época”.

K. afirmou que “o povo comentava que aqui tinha muito roubo, mas a gente podia brincar até tarde na rua do pega, se esconde... brincadeira de rua”, e A. D., descreveu uma imagem significativa, para nós, dos contrastes desta realidade: coexistia uma liberdade do brincar e a existência da violência cotidiana. Seus relatos mesclam episódios infantis de diversão e outros de brigas entre famílias, entre casais

e esfaqueamentos, além dos momentos de cheia dos rios que perpassam a cidade, acarretando em enchentes. Tais contextos nos levam a adentrar numa realidade que não deve ser desconsiderada na leitura que estas estudantes fazem dos temas e dos livros abordados no projeto escolar, já que em diversos momentos as narrativas de Carolina de Jesus ganham espaço em suas falas e passam a compor seus relatos de racismo, violência e desigualdades.

Questionadas a respeito das impressões e momentos marcantes que tiveram do e no projeto, algumas narrativas chamaram a atenção das entrevistadas. A primeira delas, de K., que respondeu à questão afirmando que marcou em seu olhar a percepção de que desde o nascimento até o envelhecimento ainda existia um forte preconceito contra negros, levando estas pessoas a muitas dificuldades. Nesse caminho, fez um relato:

Quando eu era criança, eu queria ser branca. Eu tinha um preconceito contra mim mesma, sabe? Porque quando eu nasci, [...] os parentes do meu pai falaram que eu não era filha do meu pai, porque a minha mãe é branca e o meu pai é branco, e eu nasci morena e minha irmã nasceu branca. Aí falaram que minha mãe tinha tido caso com outro homem. Aí eu sempre sentia aquela diferença, sabe, do meu pai e da minha irmã... porque a gente sabe a diferença por ser branca, né? Aí eu... todo tempo... e a família do meu pai sempre mais amou ela do que eu... porque a família do meu pai basicamente são todos brancos [...], o único moreno é o meu avô, aí ele é da minha cor [...]. Aí, pois então eu queria ser branca! Aí depois de um tempo eu fui vendo que isso não era motivo de eu me odiar, de não gostar de mim porque eles não gostavam por eu ser morena. [...] Depois que eu cresci eu fiquei a cara do meu pai. [...] O pessoal tipo me discriminou por eu ser morena. [...] Só que nós somos de cores diferentes, sabe. Só que o meu pai ele desclassifica, sabe? Eu sempre notei que ele gosta mais da minha irmã por eu ser morena. [...] É porque meu pai já foi criado naquela época... meu pai já tem quase 40 anos, né? Mas é porque ele foi criado naquela família rígida. [...] Aí eu queria ser... porque a minha irmã ela era branca e dos olhos claros, né? Eu não restei... eu não tive nada. Porque tudo o que meu pai falava, 'ah, parece é comigo'. E minha mãe do mesmo jeito. Eu não sei também se minha mãe, né... porque todos eles, os dois e a família do meu pai sempre falou 'ah, ela puxou pra mim' [...]. Eu sempre senti assim uma meia... sabe? [...] Aí depois que eu cresci, que eu fui ter mentalidade porque eu fui criada na mão de um e de outro, sabe? Aí eu fui crescendo e vendo como é que eram as coisas, aí fui entrando na escola, fui aprendendo sobre os negros... aí foi que eu odiei mais! Porque eu sabia que os negros foram odiados pelos brancos...! [...] Aí eu fui pro Mato Grosso, né, aí a professora falou que a gente tinha que ter orgulho de quem a gente era, sendo negro ou branco, ou índio ou amarelo, não tinha diferença. Aí foi que ela foi explicando tudo, sabe? Aí foi entrando na minha cabeça que a gente... aí foi passando na televisão que as morenas eram mais bonitas que as brancas, que sabiam mais sambar, aí eu fiquei com aquilo: 'poxa, quer dizer que nós estamos ganhando lugar, né, no território dos brancos'.

Mesclam-se neste relato uma série de elementos que nos levam a pensar quais

representações de pessoas negras e história e cultura africana e afro-brasileira foram transmitidas à entrevistada em seu processo de aprendizagem semelhante aos relatos de infância de Djamila Ribeiro (2017). Destaque-se que, num complexo processo, para a entrevistada, a representação fetichizada da mulher negra e do samba lhe proporcionou uma percepção de posituação de sua auto imagem, o que nos leva a buscar compreender também quais elementos ela acionou em sua construção enquanto mulher o que será apresentado posteriormente.

Além disto, sobressai a questão do racismo. Carolina de Jesus assim escreveu: “Contra o branco, o mulato não pode investir. Porque o branco já é branco. Então, ele se volta contra o negro. Mas o branco não aceita o mulato como branco. Houve até um projeto dizendo que se o mulato tivesse o cabelo liso era considerado branco, se o cabelo fosse crespo então o mulato era considerado negro.” (JESUS, 2014, p. 74). Neste trecho, percebe com agudeza as minúcias da questão racial brasileira.

Outro relato, da entrevistada A. D., apresenta interessante narrativa:

A. D. – A história do meu pai é basicamente a mesma. Ele tinha muito preconceito contra os negros. Ele é tão branco quanto eu, sabe? Ele tinha muito preconceito. Daí quando ele separou da minha mãe ele [...] teve um relacionamento com uma moça negra, e aí essa moça engravidou do meu irmão. Aí todo mundo falava: ‘ah, porque tu não casa com ela?’, e ele: ‘eu nunca vou me casar com uma negra. Jamais! Preto não é gente.’ Falou desse jeito! [...] Aí depois que ele saiu da cidadezinha onde estava, veio para Marabá e se casou uma negra, que ainda não era uma legítima negra, era misturada. Daí ele foi e se casou com uma negra legítima. Legítima mesmo. E aí começou a quebrar as concepções dele. E realmente eu vi que ele quebrou, sabe? [...].

Pesquisadora – E o que significa ser uma negra legítima?

D. – uma negra tipo... meio com o cabelo crespo, entendeu? É uma negra legítima, com a pele escura, bem escura. [...] Mesmo que tenha o sangue misturado. É minha forma pessoal de ver.

A legitimidade da negritude é aqui questionada a partir de características fenotípicas identificação bastante presente no contexto racial brasileiro e leva a uma percepção rasa dos elementos raciais brasileiros. A entrevistada busca nos traços físicos uma gradação de legitimidade dos sujeitos negros, contudo, tal processo é complexo, já que também existem *negros da pele clara*, conforme Suely Carneiro⁷, e estes sujeitos enfrentam variadas nuances do racismo, inclusive sua desidentificação social enquanto grupo passível de racismo, já que fenotipicamente se assemelha ao mundo dos brancos. Ressalte-se que muitas destas questões foram abordadas em sala de aula, contudo, o cotidiano da vida das estudantes as leva a uma série de percepções

⁷ Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>. Acesso em: 18 set. 2019.

A legitimidade da negritude é aqui questionada a partir de características fenotípicas identificação bastante presente no contexto racial brasileiro e leva a uma percepção rasa dos elementos raciais brasileiros. A entrevistada busca nos traços físicos uma gradação de legitimidade dos sujeitos negros, contudo, tal processo é complexo, já que também existem *negros da pele clara*, conforme Suely Carneiro, e estes sujeitos enfrentam variadas nuances do racismo, inclusive sua desidentificação social enquanto grupo passível de racismo, já que fenotipicamente se assemelha ao mundo dos brancos. Ressalte-se que muitas destas questões foram abordadas em sala de aula, contudo, o cotidiano da vida das estudantes as leva a uma série de percepções que escapam ao processo educativo formal, o que nos auxilia a construir uma percepção ampliada dos limites e das possibilidades de transformação social de um projeto escolar.

A mãe: mulheres num mundo de homens

Perpassadas por sons e grunhidos infantis, as entrevistas seguiram seus rumos próprios. Além das entrevistadas e das entrevistadoras, encontravam-se filhas destas estudantes participantes também do espaço escolar. O estudo, o frequentar do ambiente escolar e a realização das variadas atividades do calendário letivo são acompanhados pelo criar das crianças, normalmente trazidas por suas mães, algumas delas solo. Estudar, para estas mulheres, não é uma tarefa única, que aprendem a conviver com múltiplas ocupações em variados ambientes. São mulheres, esposas ou não, estudantes, mães e trabalhadoras que partilham alguns momentos em comum e trajetórias parecidas.

Carolina de Jesus também foi uma mulher múltipla sem qualquer romantização desta condição. Imposta pelo contexto de pobreza extrema, relatada em seus livros, a característica de mulher multitarefas nunca foi uma escolha

No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem para ter forças. Fui procurar minha mãe e supliquei-lhe: - Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos, mamãe! Faça eu virar homem! (JESUS, 2014, p. 16)

Também pensando nestas imposições dos contextos, as vidas das entrevistadas percorrem caminhos complexos. Algumas delas encontram no estudo e no trabalho as pontes para suas formas de ultrapassagem da condição de dependência da família ou de um parceiro, outras não veem no estudo tal potencial,

contudo, buscam na leitura uma espécie de fuga de seus contextos, mas não de total rompimento com as situações estabelecidas. Pautas como a independência financeira não adentram no horizonte de expectativas de algumas entrevistadas, as quais veem na relação conjugal sua principal fonte de independência. Estas complexidades são úteis para entendermos as respostas dadas a algumas perguntas, explícitas ou não.

K., por exemplo, afirmou que foi criada em uma época em que mulheres deviam respeitar os homens, aprendendo em seu processo educativo familiar que faz questão de enfatizar ter sido efetuado por várias pessoas que o casamento é para “o resto da vida”. Alertou às entrevistadas que acha interessante a trajetória de Carolina de Jesus e que concorda com algumas pautas feministas talvez referindo-se ao direito ao voto e ao trabalho fora do lar, como afirmou em outros momentos, contudo discorda do que chama de radicalismos.

Nos momentos em que tais assuntos emergiam, certas hostilidades se configuravam entre as entrevistadas. A. D., por exemplo, ao observar afirmativas como a anterior, questionou por diversas vezes o casamento monogâmico bíblico, segundo ela um tabu a ser rompido. E.L. relatou que para entender a si como mulher e feminista, ocorreu um longo processo de autorreconhecimento, inclusive como negra, o que foi possível a partir dos debates empreendidos no ambiente escolar e no âmbito do projeto de leitura das obras de Carolina de Jesus.

Passei pela fase de aceitação de que eu era negra e gostava de ser negra. [...] Eu acho que a leitura, ainda mais dessa mulher, dessa autora, entre outras [...] engrandece o nosso pensamento [...]. Ontem eu não me aceitava, hoje eu já me aceito. Ontem eu não era feminista, não me considerava, entendeu? Eu só não aceitava algumas coisas que alguns homens faziam. Eu acho que eu sempre tive esse meu lado, só que hoje eu já sou bem assim... É claro que eu não vou concordar com tudo, mas eu também concordo com várias coisas.

Para L., que passou por uma desistência escolar em 2017, participar do projeto lhe proporcionou outra visão a respeito do mundo, em relação a temas como feminicídio e direitos das mulheres. Ela “não era muito ligada a esse movimento, achava até besteira [...]” e já tinha conhecimento destes temas, mas nunca tinha se aprofundado em leituras a respeito.

É interessante destacar que uma das atividades produzidas pelos estudantes em 2018 foram crônicas a respeito de si, como mulheres. Em muitos dos trabalhos, que depois foram expostos em uma sala, surgiram temas como a busca pela

constituição da independência financeira através da formação e do emprego, contudo, mantendo na narrativa a constituição ou continuidade de uma família. Durante o grupo focal de entrevistas, surgiu o debate a respeito da profissionalização feminina: K. perguntou se existe mulher eletricista, e disse que gostaria de ser juíza, percorrendo os caminhos do mestrado e do doutorado em Direito. A. D., por sua vez, afirmou que será historiadora. Na escrita de sua crônica, J. registrou que tem interesse em seguir carreira policial.

Tais narrativas nos apresentam particularidades e desafios da educação escolar que se propõe emancipadora, numa realidade desigual. Certas fronteiras são ultrapassadas, outras apenas parcialmente. Isto nos leva a compreender que a questão de gênero, mesmo com uma profusão de estudos e escritos, ainda é um espaço a ser construído, levando em conta as especificidades de cada pessoa. Para que, enfim, todos os sonhos possam ser perseguidos.

Considerações Finais

Apresentamos, neste artigo, alguns aspectos da execução do Projeto Escolar de leitura, em sua edição mais recente (2018). Queremos, com isto, demonstrar os desafios de debater racismo, gênero e desigualdades em realidades diversas como a brasileira, especialmente a marabaense. Falar de tais temas ainda encontra uma série de entraves que são resultado de um longo processo de deslocamento das questões centrais para o entendimento da sociedade brasileira como originada da colonização, do escravismo e do patriarcalismo, que passam a ser compreendidas na contemporaneidade apenas como questões identitárias e não estruturais.

Com este artigo, buscamos demonstrar a efetividade destes fenômenos, a partir de um recorte micro, porém eficaz em seus efeitos elucidativos, já que traduz vivências de sujeitos reais. As Ciências Humanas, neste sentido, se buscam uma produção de conhecimento voltada para a compreensão dos seres humanos em sua totalidade, precisam atentar para os aspectos dos grupos sociais em sua complexidade e especificidade e, para além disto, pensar quais objetivos pretende alcançar com estas análises, afinal, de nada adianta uma produção científica se esta perpetuar as bases coloniais da existência.

O projeto continua em execução na E. E. E. M. Gaspar Vianna Anexo I, numa busca incessante de ampliação de debates e emancipação dos educandos, e este artigo é uma pequena amostra de quão complexas são estas questões. Para além disto, é um convite ao aprofundamento e à busca com uma construção científica e emancipadora.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 16. ed. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 3.ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. Negros da pele clara. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara.2016>.
- JESUS, Carolina Maria de Jesus. Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1961.
- _____. Diário de Bitita. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.
- _____. Pedacos de fome. São Paulo: Editora Águila, 1963.
- _____. Provérbios. São Paulo: Luzes - Gráfica Editôra Ltda, 1965.
- _____. Quarto de despejo diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1995
- NUMBUNTU, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-raciais, Movimentos Sociais e Educação. Histórico. Disponível em: <https://numbuntu.unifesspa.edu.br/index.php/historico>
- PEREIRA, Airton dos Reis . Migração, cidades e questão agrária no sul e sudeste do Pará. CONTEMPORARTES: REVISTA SEMANAL DE DIFUSÃO CULTURAL, v. IX, p. 1-4, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SILVA, Idelma Santiago. FRONTEIRA CULTURAL: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). Goiânia: UFG, 2010. Tese de doutorado. Mimeo.
- SOMPRÉ, José Ubiratan. Indígenas da cidade: o desafio da efetivação de direitos. Marabá: Unifesspa/Instituto de Educação em Direito e Sociedade, 2014. Trabalho de conclusão de curso. Mimeo.
- SOUZA, William Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. Limites e contribuições da História Oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. SÆCULUM Revista de História. João Pessoa, nº 23, jul/dez de 2010, pp. 75-89.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). Dicionário crítico de gênero. 2. Ed. Dourados: Editora da UFGD, 2019.

WALSH, Catherine (Ed.) Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Abya-Yala, 2013.
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de Marabá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>.

ITERPA, Instituto de Terras do Pará. Povos Indígenas. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/povos-indigenas>. Acesso em: 18 set. 2019.

PROJETO FEIRA DO CONHECIMENTO - Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Gaspar Vianna-Anexo I. Educação étnico-racial. Marabá: 2016. Relatório de atividades. Mimeo

PROJETO FEIRA DO CONHECIMENTO - Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Gaspar Vianna-Anexo I. Diários identitários de uma comunidade: do quarto de despejo a sala de visita. Marabá: 2017. Relatório de atividades. Mimeo.

PROJETO FEIRA DO CONHECIMENTO - Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Gaspar Vianna-Anexo I. A terra e sua mãe: a dupla que lhe dá vida. Marabá: 2018. Relatório de atividades. Mimeo.

SILVA, J. S. [18 anos]; CARVALHO, L. S. [20 anos]; LIMA, K. A. [20 anos]; SILVA, A. D. L. [19 anos]. [fev. 2019]. Entrevistadoras: Coracy Ferreira Barbosa, Maria da Luz Rodrigues da Silva, Maria Raimunda Santana Fonte e Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Marabá, Pará. Marabá, 14 de fev. 2019.

SETUR MARABÁ, Secretaria de Turismo de Marabá. História de Marabá. Disponível em: <http://seturdemaraba.blogspot.com/p/historia-de-maraba.html>.